

## PÔSTER | QUESTÕES SOBRE ENVELHECIMENTO, INFÂNCIA E JUVENTUDE

**CONSTRUINDO IDENTIDADES, GARANTINDO DIREITOS:** relato de experiência de estágio obrigatório em uma instituição de acolhimento

**BUILDING IDENTITIES, ENSURING RIGHTS:** mandatory internship experience report at an institutional shelter

Laura Gabryelle Silva Reis<sup>1</sup>

Alexandre Volta Andrade Nascimento Júnior<sup>2</sup>

Valéria Sena Carvalho<sup>3</sup>

Lise Lopes Lima<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo objetiva relatar a experiência de estágio supervisionado em psicologia social comunitária desenvolvido em um serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Teresina - Piauí. Os estagiários desenvolveram, em conjunto com a equipe técnica da instituição, práticas em psicologia comunitária com vista ao acolhimento, assistência psicológica e busca pela garantia de direitos, além de proporcionar para as crianças um espaço para o resgate da subjetividade. Utilizou-se a técnica da construção do Livro da Vida, com o objetivo de compreender os aspectos psicossociais presentes nas subjetividades das crianças. Constatou-se que as crianças descreviam suas individualidades como forma de reconhecer o sentido das suas experiências e ampliar o autoconhecimento. Assim, o estágio propiciou aos discentes a articulação dos saberes construídos na graduação, viabilizando ações profissionalizantes e contribuindo para a promoção da saúde na comunidade e a efetivação de políticas públicas que visam a garantia de Direitos de crianças e adolescentes.

**Palavras-chaves:** Psicologia Comunitária. Crianças e Adolescentes. Livro da Vida.

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, e-mail: laurareis@aluno.uespi.br

<sup>2</sup> Graduando em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, e-mail: alexandrejunior@aluno.uespi.br

<sup>3</sup> Docente da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, mestre pela Universidade Federal da Paraíba, e-mail: valeriasena@ccs.uespi.br.

<sup>4</sup> Psicóloga pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), email: liselopeslima@gmail.com

**ABSTRACT**

This paper aims to report on the experience of supervised internship in community psychology developed in an institutional care service for children and adolescents in Teresina - Piauí. The interns, in collaboration with the institution's professionals, developed practices in community psychology aimed at welcoming, providing practical assistance, and pursuit of rights assurance, as well as providing children with a space to rescue of subjectivity. The Book of Life technique was used to understand the psychosocial aspects of children's subjectivities. It was found that the children described their individualities as a way to recognize the meaning of their experiences and broaden self-knowledge. Thus, the internship provided students with the articulation of knowledge built during their undergraduate studies through contact with an institution and children, enabling professional actions and contributing to health promotion in the community and the implementation of public policies aimed at ensuring the rights of children and adolescents.

**Keywords:** Community Psychology. Children and Adolescents. Book of Life.

**1 INTRODUÇÃO**

A Psicologia reconhece a diversidade de perspectivas como necessárias para compreensão do ser humano. Para que isso aconteça, é importante o incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam apreender a complexidade do fenômeno psicológico, bem como a atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos (UESPI, 2014). Dessa forma, o estágio supervisionado em Psicologia Social Comunitária se configura como um relevante instrumento para assegurar a consolidação e articulação dos conhecimentos teóricos e das competências estabelecidas durante a graduação, possibilitando o contato dos estudantes com situações, contextos e instituições, a fim de viabilizar ações profissionalizantes e contribuir para a promoção da saúde na sociedade.

O presente trabalho refere-se a um relato de experiência vivenciado durante o período de estágio curricular obrigatório em psicologia social comunitária por discentes do 8º Período, nos meses de janeiro a abril do ano de 2024, com carga horária total de 175 horas, das quais 80 correspondem à atuação em campo. O estágio foi desenvolvido em um serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Teresina - PI, que, atualmente, atende cerca de 27 crianças com idades que variam de 0 a 12 anos incompletos.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram o Sistema Único de

Assistência Social e se caracterizam como serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, reconhecidos pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009). Vale ressaltar que o serviço é organizado em consonância com os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”. Foi a partir da promulgação do ECA (1990) que crianças e adolescentes passaram a ser concebidos como sujeitos de direito, em peculiar condição de desenvolvimento e o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (Art.101). Cabe citar também como marco importante o texto do Conselho Federal de Psicologia (2020) relativo às ‘Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os) na rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual’.

Dentro do serviço, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) (Brasil, 2006), é a equipe técnica, composta por pelo menos um psicólogo e um assistente social, a responsável pela garantia dos direitos e proteção das crianças e adolescentes. De maneira mais específica, o papel do psicólogo dentro do acolhimento institucional, além de promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e de capacitar e instrumentalizar a equipe, é de mediador da criança com a instituição, com a família e com o Poder Judiciário, uma vez que os abrigados têm como protagonistas de suas decisões os educadores, a equipe técnica e a Justiça. Dessa forma, a atuação dos estagiários no serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Teresina - PI é justificada pela necessidade de integração da Psicologia Comunitária com os serviços de acolhimento institucional, visando compreender as questões psicossociais enfrentadas por essas crianças, além de vivenciar a rotina de trabalho em um serviço de alta complexidade e permitir aos estagiários entenderem, na prática, como a psicologia comunitária se integra com as demais áreas envolvidas na rotina profissional da instituição e contribui para o funcionamento do serviço.

O trabalho realizado no campo de estágio teve por objetivo desenvolver, em conjunto com a equipe técnica da instituição, práticas em psicologia comunitária com vista ao acolhimento, assistência prática e desenvolvimento saudável, além de proporcionar para as crianças um espaço para o resgate da subjetividade, por meio do Livro da Vida, visando compreender os aspectos psicossociais presentes nessa realidade.

Com esse propósito, adotou-se como metodologia a análise documental dos diários de campo registrados pelos estagiários, os quais foram elaborados mediante observação participante e orientados para identificar as atividades realizadas e seus objetivos; registrar as falas, observações pessoais e conectar a prática com a teoria, de acordo com a estruturação do plano de ação. A seleção dessa abordagem metodológica é embasada na exigência de uma compreensão abrangente das atividades do dia a dia, viabilizando uma avaliação contextualizada das intervenções efetuadas e dos resultados obtidos.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 - LIVRO DA VIDA**

A confecção dos “Livros da Vida” foi a atividade nuclear do estágio em comento. Tal prática foi adotada com livre inspiração no programa “fazendo minha História”, do Instituto Fazendo História, cujo objetivo principal é oferecer meios de expressão para que cada criança ou adolescente acolhido conheça e se aproprie de sua história de vida (Pinheiro, 2022).

Conforme previsão legal do art. 101, §§ 4º, 5º e 6º, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069/1990 - imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar deverá elaborar um plano individual de atendimento, do qual constarão: histórico de vida, motivo do acolhimento, data de entrada e desligamento, documentação pessoal, informações sobre o desenvolvimento (físico, psicológico e intelectual), condições de saúde, informações sobre a vida escolar, etc.

Tais registros devem conter, ainda, informações sobre a família de origem, o trabalho desenvolvido com vistas à reintegração familiar (visitas, encaminhamentos, acompanhamento em grupo, encontros da família com a criança ou adolescente, preparação para a reintegração, etc.) e o acompanhamento da família acolhedora, se for o caso (Brasil, 2009). Ocorre que a aplicação de medidas de proteção às crianças e adolescentes é permeada de princípios, dentre os quais o princípio da informação, insculpido no art. 100, XI, da Lei nº 8.069/1990, estabelecendo que “a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como

esta se processa". (Brasil, 1990.)

Desse modo, surge o questionamento: como assegurar o direito à informação com respeito ao estágio de desenvolvimento da criança e, ao mesmo tempo, a adequada transmissão de informações, por vezes burocráticas. Barreto (2023, p. 19) bem explica o dilema decorrente desse questionamento ao indicar que

Estes documentos técnicos contêm, em suma, apenas fragmentos de vida, um recorte sobre estas pessoas e, por fim, acabam por, na realidade, explicitar as lacunas não explicadas da formação da história pessoal destes. Torna-se um movimento de colar peças para adquirir uma visão do total, faltando aquilo que nos torna nós: as histórias de nossa infância, nosso doce preferido, o dia que choramos porque perdemos o brinquedo amado. Quem contará isso àquelas crianças em acolhimento? (BARRETO, 2023, p. 19)

É de se destacar, ainda, que, em razão do contexto de violação de direitos ou do sofrimento causado pelas separações familiares, a transmissão de informações, assim como a interação com as crianças em situação de acolhimento para o resgate e o registro da sua história configuram situações delicadas e complexas de serem abordadas, em possível causa de estresse e sentimentos conflituosos nos infantes (Barreto, 2023).

Contudo, faz-se necessário que a criança acolhida expresse suas angústias e sofrimentos mediante acompanhamento especializado, uma vez que o silêncio pode resultar na expressão de sentimentos por meio de comportamentos agressivos, da dificuldade em se vincular, do choro, da enurese noturna e dos mais diversos sintomas (Pinheiro, 2022).

A respeito dos registros de informações, vivências, memórias através da organização de um livro da história de vida da criança ou do adolescente, com enfoque em sua subjetividade, o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009) recomenda que seja oportunizado à criança ou adolescente em acolhimento a compilação de um livro contendo sua história de vida, informações, fotografias e lembranças de cada etapa do seu desenvolvimento. O livro deve ser incluído entre os objetos pessoais que a criança ou adolescente levará consigo quando do desligamento institucional, para que tenha acesso ao longo da vida. Acrescenta-se, ainda, que tais registros ajudam com que a criança ou adolescente percebam o acolhimento como um período de proteção e cuidado, uma vez que a elaboração do livro é facilitada por um adulto, em regra, voluntário,

que buscará estabelecer vínculo com a criança ou adolescente, a fim de contar suas histórias de vida e registrar seu contexto social e suas potências, favorecendo o desenvolvimento de autonomia, criatividade, capacidade de persistir, desejar e projetar o próprio futuro (Pinheiro, 2022).

Durante o estágio em psicologia comunitária objeto do presente trabalho, observou-se que uma das principais demandas do serviço de acolhimento institucional consistia na elaboração de registros de vivências das crianças acolhidas, com participação ativa destas e mediante colaboração de graduandos em psicologia, por possuírem conhecimento teórico acerca de questões relacionadas ao desenvolvimento biopsicossocial na infância. Logo no primeiro encontro com a equipe técnica, em 29 de janeiro de 2024, foi apresentada a relação de crianças que ainda não tinham registros em livros da vida, e cada estagiário ficou responsável por facilitar a elaboração de 4 livros. A metodologia proposta envolveu a confecção do "Livro da Vida" de 17 crianças, com idades que variaram entre 04 meses e 10 anos de idade, durante os três meses de realização do estágio. A confecção dos Livros da Vida foi realizada por meio da análise documental e produção de materiais. A etapa de análise documental, consiste na coleta e análise de documentos relacionados à instituição e às crianças acolhidas, visando compreender melhor o contexto em que estão inseridas, suas histórias de vida, necessidades e potenciais.

Após a análise documental, foram realizadas entrevistas e conversas com as crianças acolhidas, bem como com a equipe técnica da instituição, para coletar informações adicionais, histórias e possibilitar o protagonismo de cada criança. Com base nessas informações, foram elaborados os "Livros da Vida" individuais.

Os encontros com as crianças ocorreram, em regra, às segundas-feiras, no fim da tarde, após o retorno escolar, e procedeu-se com o agendamento de outras datas para complementação de tarefas. A construção dos livros foi possível através de sugestões de atividades constantes do Guia de Gestão dos Álbuns do Programa Fazendo Minha História (Pinheiro, 2022), com enfoque nos conteúdos: identidade; características e preferências da criança; família; fotos; histórias; depoimentos de educadores e técnicos da instituição de acolhimento; passeios; e produção artística das crianças. Foram realizados acordos entre crianças e facilitadores para elaboração dos conteúdos a serem abordados.

Os encontros eram iniciados pelo diálogo de conteúdos vivenciados no cotidiano dos infantes, e as impressões dos estagiários eram registradas, posteriormente, em diários de

campo individuais.

As atividades de elaboração dos livros da vida geraram reflexões sobre gostos pessoais, relações familiares, representações sociais, sentimentos e emoções. A esse respeito, Vidigal (2019) explica que, quanto mais houver espaços para expressão e elaboração das vivências pelas crianças acolhidas, menos reações descontroladas surgirão e mais ferramentas de auxílio estarão à disposição da equipe envolvida. No estágio em comento, destaca-se que, durante uma oficina de desenhos para inclusão nos livros da vida, uma das crianças iniciou um diálogo sobre a convivência com condutas violentas no ambiente familiar, momento em que as demais crianças começaram a relatar situações semelhantes que viveram. Os facilitadores presentes estabeleceram a escuta e o acolhimento dos relatos.

O vínculo estabelecido entre as crianças e os estagiários foi crucial para a construção dos registros. Como resultado das atividades de elaboração da subjetividade, percebeu-se uma melhora na expressão de sentimentos, no autoconhecimento, na elaboração do autoconceito, na autoestima, e nas expectativas para o futuro.

## 2.2 GARANTIA DE DIREITOS

As crianças institucionalizadas frequentemente chegam aos abrigos desprovidas de documentos de identificação. O art. 227 da Constituição Federal e o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente preconizam o dever do Poder Público de garantir a proteção integral à criança e ao adolescente. Dentre as atividades desenvolvidas pelos estagiários, incluiu-se o acompanhamento, junto às técnicas do serviço de acolhimento, da solicitação da emissão de documentos de identidade de 3 crianças institucionalizadas com idades que variaram de 11 meses a 01 ano e 11 meses, evento percebido como uma oportunidade para registrar momentos no Livro da Vida e compreender o processo de significação do sujeito diante do movimento burocrático realizado em busca da garantia dos direitos à saúde.

A carteira de identidade é uma das ferramentas essenciais para acessar esses serviços, e está descrita no rol de documentos a serem mantidos junto ao prontuário das crianças acolhidas (CONANDA, 2009). Além disso, por meio desse instrumento, são armazenadas as digitais das crianças e realizados registros fotográficos nos cadastros de segurança do Estado, possibilitando a identificação em qualquer idade e garantindo maior segurança para a criança e o adolescente. Portanto, a ação realizada durante o estágio foi de grande relevância para a

busca da cidadania e garantia de direitos, representando mais uma forma de resgatar e ressignificar a existência das crianças institucionalizadas perante a sociedade.

### 2.3 AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS

Os estagiários tiveram a oportunidade de acompanhar as audiências concentradas, atividade crucial no contexto da área da Infância e Juventude. Conforme o Provimento n. 118, de 29 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, as audiências concentradas protetivas são atos solenes presididos pelo magistrado da Infância e Juventude. Nesse cenário, diversos profissionais se reúnem com o propósito de reavaliar a situação jurídica e psicossocial de cada criança ou adolescente acolhido.

Essas audiências ocorrem com periodicidade trimestral e têm como objetivo examinar as medidas protetivas de acolhimento, considerando seu caráter excepcional e provisório. A elaboração subsequente de atas individualizadas é fundamental para documentar as deliberações e garantir a transparência no processo.

As audiências concentradas na instituição de acolhimento em questão ocorreram de forma virtual, contando com a presença de um representante do Ministério Público, de uma defensora pública, de profissionais da equipe técnica da instituição de acolhimento e uma técnica da Vara da Criança e do Adolescente. Cada audiência durou em média 18 minutos.

Os desdobramentos das audiências podem ser variados e impactam diretamente a vida das crianças e adolescentes envolvidos. Diante das audiências, alguns encaminhamentos podem ocorrer, tais como: reintegração familiar, de forma gradual ou definitiva, visando o retorno da criança ao convívio com seus pais ou membros da família; cadastramento para adoção, caso a reintegração familiar não seja possível; Inclusão em programas de capacitação, a fim de preparar os responsáveis para receberem a criança de volta ou para assumirem a guarda definitiva; Estudos pela equipe interprofissional, nos quais o magistrado pode solicitar avaliações detalhadas sobre a situação da criança, considerando aspectos psicossociais e familiares; Destituição do poder familiar, em casos extremos, quando a segurança e o bem-estar da criança estão em risco, o poder familiar pode ser retirado dos pais; e por fim, a inclusão da criança no Sistema Nacional de Adoção (Brasil, 2021). Nesse caso, a atuação do(a) psicólogo(a) da equipe técnica da instituição de acolhimento oferecerá subsídios às decisões do magistrado (CFP, 2020).

A participação dos estagiários nessa ação foi importante para entender mais uma articulação que visa garantir os direitos das crianças e adolescentes institucionalizados. Essa estratégia busca minimizar os impactos do acolhimento, visando o menor tempo possível de institucionalização e a inserção em espaços de convivência que contribuam para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. É importante ressaltar que, em situações de reintegração familiar ou adoção, o Livro da Vida é entregue à criança e ao adulto responsável. O objetivo dessa entrega é registrar o período em que a criança passou na instituição, para que ela tenha esse recurso disponível sempre que quiser.

### **3 CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o contato com a instituição de alta complexidade proporcionou aos discentes a oportunidade de articular os conhecimentos adquiridos, viabilizando ações profissionalizantes e contribuindo para a promoção da saúde na comunidade.

Com isso, fica evidente que o objetivo da proposta foi atingido, uma vez que foram desenvolvidas, em conjunto com a equipe técnica da instituição, práticas em psicologia comunitária voltadas para o acolhimento. Isso se refletiu nas interações entre as crianças e os estagiários, diante do contexto de vulnerabilidade, e na busca pela garantia de direitos. Além disso, foi criado um espaço para a elaboração e o resgate da subjetividade por meio da produção dos Livros da Vida.

Nesse sentido, as vivências no campo de estágio permitiram o contato e o aprofundamento com as políticas públicas voltadas ao público infantojuvenil, as quais são fundamentadas, sobretudo, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Observou-se que a atuação do psicólogo no acolhimento institucional pode ser considerada como um elemento que fortalece os vínculos familiares e comunitários. Além disso, o psicólogo auxilia e fornece ferramentas para a equipe, mediando a relação da criança com a instituição, com a família e com o Poder Judiciário.

Do ponto de vista profissional, os estagiários desempenharam um papel crucial na construção dos registros da história, estabelecendo vínculo com as crianças, que foi fundamental para a elaboração da subjetividade. Essas ações auxiliaram no desenvolvimento de habilidades como manejo com o público infantil, escuta qualificada e mediação de

conflitos. Outrossim, a experiência em um ambiente de alta complexidade propiciou o desenvolvimento de competências para atuar em diferentes áreas da Psicologia Comunitária em futuros desafios profissionais.

Além disso, foi evidente a relevância das políticas públicas na promoção e garantia dos direitos das crianças. A participação dos estagiários na facilitação da emissão de documentos de identificação e na observação das audiências concentradas destacou o papel direto do psicólogo na implementação dessas políticas. Essas iniciativas não apenas asseguraram a inclusão das crianças na cidadania plena, mas também constituíram um meio de resgate e ressignificação de suas vidas perante a sociedade.

Por fim, cabe pontuar que durante o processo de acompanhamento na instituição, surgiram diversas demandas e questões que, embora não tenham sido totalmente exploradas, em razão do curto tempo de estágio e do foco definido, destacam-se pela sua importância. Notadamente, percebeu-se a necessidade de promover debates e ações voltadas para questões de autoestima, autoconceito e educação sexual das crianças maiores. A inclusão desses temas em futuras intervenções pode contribuir significativamente para o fortalecimento do vínculo afetivo, a construção da identidade pessoal e esclarecimentos sobre a sexualidade, diante da emergência da temática nessa fase do desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Larissa Alencar. A narrativa autobiográfica no contexto de acolhimento institucional de crianças e adolescentes: o trabalho com histórias de vida e o direito à identidade e à informação. São Paulo, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 12 de abril de 2024.

\_\_\_\_\_. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. Provimento nº 118, de 29 de junho de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA . Referências Técnicas para a atuação de psicólogas (os) NA REDE DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL. 2. ed. Brasília: CREPOP, 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF. Brasil. (2009).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. (2006). Brasília, DF, Brasil.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PINHEIRO, A, CAMPELO A, VALENTE, J. (Orgs.). FAZENDO MINHA HISTÓRIA: Guia de ação para colaboradores. 4ª ed. São Paulo: Editora Instituto Fazendo História. 2022.

\_\_\_\_\_. FAZENDO MINHA HISTÓRIA: Guia de gestão. São Paulo: Editora Instituto Fazendo História. 2019.

UESPI. Universidade Estadual do Piauí. Projeto Político Pedagógico : Curso de Psicologia. Teresina: UESPI. 2014. 230 p.

VIDIGAL, C, BARILE, T. (Orgs.). FAZENDO MINHA HISTÓRIA: Guia de ação para trabalho em grupos. São Paulo: Editora Instituto Fazendo História. 2019.